

TEORIA DOS PROTÓTIPOS: UM PRINCÍPIO FUNCIONALISTA

Regina Helena Pires de Brito*

Resumo: Se, de um lado, existe a perspectiva platônica – comum na análise gramatical tradicional – que afirma serem as categorias lingüísticas distintas e absolutas, de outro, têm-se as colocações wittgensteinianas sobre a existência das séries indistintas e condicionadas à necessidade do uso. Entre os dois, emerge uma questão que será tomada como um dos princípios do funcionalismo lingüístico: o que vai caracterizar uma categoria não são as diferenças, mas sim os “protótipos”, ou seja, aquilo que ocorre com maior frequência e probabilidade.

Palavras-chave: Protótipos; funcionalismo lingüístico; gramática funcional.

CONCEITUANDO “PROTÓTIPOS”

■ O conceito de protótipo parece repousar entre as duas fontes da categorização lingüística: a abordagem platônica das “categorias distintas” e o argumento wittgensteiniano das “séries indistintas”.

Em termos mais claros, as categorias de entendimento, propostas por Platão, são distintas, absolutas e originais; assim, as classes gramaticais seriam discretas e dotadas de propriedades inerentes. Conforme esclarece Talmy Givón,¹ a integração em tais categorias/grupos é definida pela posse ou não-posse de propriedades criteriosais (propriedades necessárias e suficientes).

* Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e das Faculdades Metropolitanas Unidas – SP.

1 GIVÓN, Talmy. *Prototypes: between Plato and Wittgenstein*. In: CRAIG, C. (Ed.) *Noun classes and categorization*. New York: Academic Press, 1986. p.1-2.

Por exemplo, se *A* indica aquilo que caracteriza um advérbio, podemos levantar como propriedades criteriais:

- ser um elemento invariável (não admitir flexões);
- modificar um verbo, adjetivo ou outro advérbio;
- expressar circunstância (tempo, modo, lugar, intensidade, dúvida etc.).

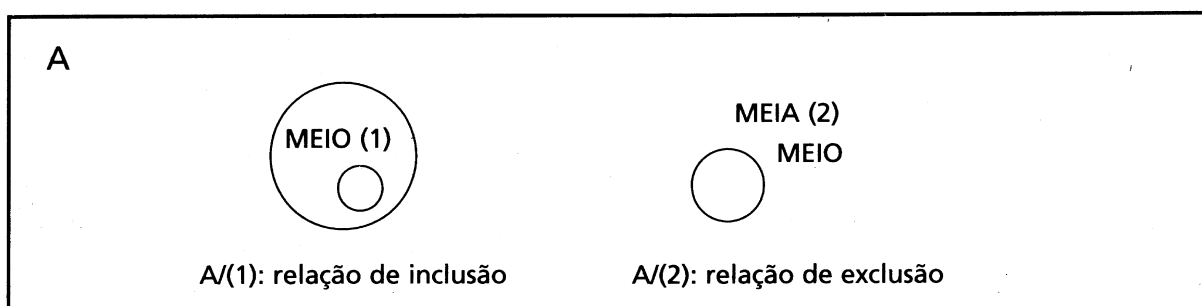
Analisando as duas ocorrências que se seguem,

(1) Estou *meio* cansada

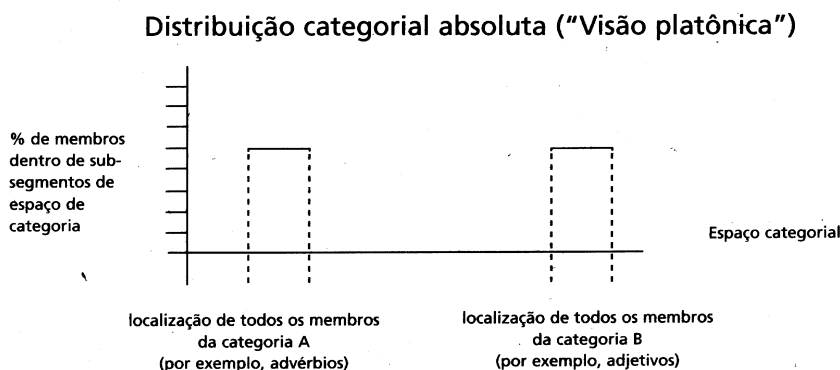
(2) Estou *meia* cansada

verificamos que em (1) o termo *MEIO* comporta-se dentro do paradigma adverbial, mantendo com *A*, portanto, uma relação de inclusão: *MEIO* é um membro que possui as propriedades criteriais previstas em *A*. Já o termo *MEIA*, utilizado freqüentemente na língua oral como advérbio, na verdade se encontra a meio caminho entre advérbio e adjetivo, uma vez que ainda mantém idéia de partição. Assim, em sua condição adjetival, o adjetivo “meio” deve referir-se a um substantivo, sendo obrigatoriamente flexionado (meia / meios / meias) por força dos mecanismos de concordância.

No caso do exemplo (2), há um item lexical que não se enquadra nas propriedades criteriais *A*, uma vez que recebeu a flexão de gênero, sendo então considerado, dentro da visão platônica, um “não-membro”.



A rígida perspectiva platônica coloca todos os membros de cada uma das categorias distribuídos num único ponto categorial, desconsiderando a possibilidade de uma zona de transição entre as diferentes categorias. Isto leva a conceber a idéia de que também os contextos seriam totalmente estáveis, absolutos e previsíveis, conforme ilustra o esquema que se segue:

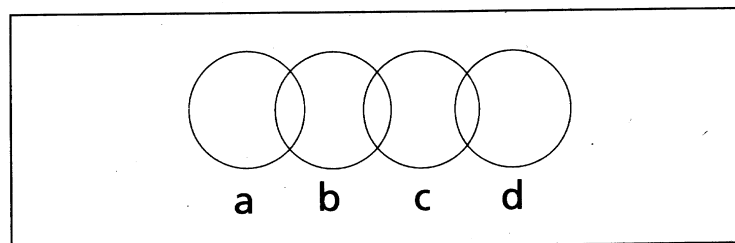


Na interpretação que faz das idéias do filósofo Wittgenstein (defensor do positivismo lógico), Givón² aponta que as categorias não são distintas e absolutas – conforme o ponto de vista platônico, adotado de maneira recorrente na análise gramatical tradicional –, mas que são indistintas e condicionadas à necessidade de seu uso. Segundo esta teoria da categorização natural, as classes gramaticais têm limites imprecisos, comportando itens em diferentes graus de integração e admitindo muitas relações entre membros de categorias diferentes.

O reconhecimento das categorias prototípicas permite verificar que um mesmo elemento pode ser identificado em diferentes usos, conduzindo a uma visão efetivamente dinâmica da língua, “rejeitando a denominação de categorias discretas, que estreitam a visão que se tem da língua”.³

Nesta perspectiva, haveria uma relação de semelhança que “pode freqüentemente juntar vários membros da mesma categoria – ou de várias categorias dentro de uma meta-categoria supra-ordenada – de modo que, enquanto o membro *a* pode assemelhar-se (‘compartilhar propriedades’) com *b*; *b* pode parecer-se com *c*; e *c* pode assemelhar-se com *d*, etc.; os membros *a* e *d* podem não se parecer absolutamente (ou seja, ‘não compartilhar propriedades’).”⁴

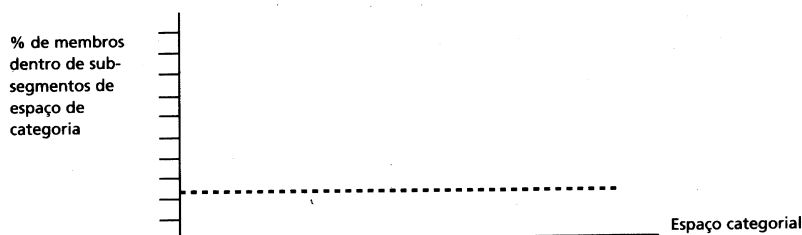
Esquemáticamente, pode-se estabelecer um diagrama de intersecção no qual se admite uma categoria natural dentro da qual todos os itens são igualmente membros, distribuídos de maneira uniforme:



Assim, tomando-se os exemplos (1) e (2) já apresentados, estabelecer-se-ia uma relação em cadeia, na qual: (1) (*meio cansada*) poderia enquadrar-se em *a*; e (2) (*meia cansada*), por exemplo, em *b*, *c* ou *d*.

Numa outra representação gráfica, teríamos:

Distribuição uniforme (“Visão wittgensteiniana”)



2 GIVÓN, *op. cit.*, p.2

4 GIVÓN, *op. cit.*, p.2

3 BAIÃO, R. de B. *Os marcadores bem e agora na organização do discurso*. In: Anais do 6º Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: PUC / IP, 1996, p.185.

Neste caso, o argumento de Wittgenstein⁵ casa-se com a visão dos pragmáticos, uma vez que, para ele, também os contextos nunca são perfeitamente estáveis e previsíveis, estando constantemente sujeitos a nuances e gradações. Conforme as palavras do filósofo:

Se a palavra “número” é necessária na definição ostensiva do dois, depende se uma pessoa a concebe, sem essa palavra, de um modo diferente do que eu quero. E isto dependerá certamente das circunstâncias em que ela é dada, e da pessoa a quem a dou.

E o modo como ele “concebe” a explicação se mostra no modo como ele faz uso da palavra explicada.⁶

Ou seja, muito do que se compreende numa situação comunicativa depende do que cada um dos usuários sabe (ou pensa saber) acerca do outro – seu interlocutor – e da forma como utiliza a língua.

Vale destacar que, nas *Investigações filosóficas* (obra póstuma, datada de 1953), Wittgenstein analisa a funcionalidade e a validade da linguagem comum, classificando de “estranha qualquer atitude tendente a se ocupar de uma linguagem ideal no lugar de se dedicar ao estudo da linguagem ordinária”.⁷ A linguagem é, então, uma questão do uso de certos sons, existindo, em decorrência disso, uma pluralidade de “jogos lingüísticos”:

Mas quantas espécies de frases existem? Porventura asserção, pergunta e ordem? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego do que denominamos “signos”, “palavras”, “frases”. E essa variedade não é algo fixo, dado de uma vez por todas; mas, podemos dizer, novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem surgem, outros envelhecem e são esquecidos.⁸

EM BUSCA DA PATERNIDADE DA TEORIA DOS PROTÓTIPOS: COMENTÁRIOS ACERCA DE UMA LEITURA “GIVONIANA” DAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS

Givón⁹ propõe uma interpretação das *Investigações filosóficas* de forma a considerar Wittgenstein um “teórico de protótipos explícito”, pois, segundo aquele, em muitas passagens da obra pode-se vislumbrar um esboço de uma teoria dos protótipos (embora não haja indicação de que essa fosse a real intenção do filósofo).

Para defender o seu ponto de vista, Givón afirma que se pode partir da preocupação de Wittgenstein com aquilo a que chamamos “palavras”, “símbolos”, “frases”, “proposições”, com os quais damos ordens, fazemos perguntas, estabelecemos hipóteses, descrevemos objetos, sempre utilizando os mesmos elementos lingüísticos em funções completamente diferentes – por isso, o sentido de uma palavra não estaria nas suas relações com o objeto, mas sim na maneira pela qual esta é utilizada: “Para

5 Todas as citações de Wittgenstein transcritas neste artigo foram extraídas de: WITTGENSTEIN, L. Tratado lógico-filosófico e investigações filosóficas. Trad. M. S. Loureiro. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1987.

7 PENHA, J. da. Wittgenstein. São Paulo: Ática, 1995. p.51.

8 WITTGENSTEIN, op. cit., p.26, §23.

9 GIVÓN, op. cit.

6 WITTGENSTEIN, op. cit., p.30, §29.

uma grande classe de casos – mesmo que não para todos – de utilização da palavra ‘significado’, pode-se explicar esta palavra do seguinte modo: O significado de uma palavra é o seu uso na linguagem”.¹⁰

Wittgenstein apresenta a idéia de que o significado de uma palavra provém do modo como esta é efetivamente utilizada. O significado pode ser entendido, portanto, como a relação entre signo e ação, mas uma ação muito particular, consistindo no uso do signo na fala.

Assim, pode-se entender a palavra como um “utensílio”, um “instrumento”:

*Pense nas ferramentas dentro de uma caixa de ferramentas: encontram-se aí um martelo, um alicate, uma serra, uma chave de fenda, um metro, uma lata de cola, pregos e parafusos. – Assim como são diferentes as funções desses objetos, são diferentes as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali).*¹¹

Afirma ainda que “é interessante comparar a variedade de instrumentos da linguagem e seus modos de aplicação, a variedade das espécies de palavras e de frases com o que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem”.¹²

Inicialmente, seria a aparente identidade (similaridade) formal entre as palavras que levaria a confundi-las e, assim, a buscar, erroneamente, o esclarecimento de seus significados por meio dos objetos aos quais se referem: “O que nos confunde, sem dúvida, é a uniformidade de sua manifestação, quando as palavras não são ditas ou se nos apresentam na escrita e na impressão. Pois, seu emprego não é tão claro assim”.¹³

Isto ocorre deste modo “porque as nossas formas de expressão, ao levarem-nos a caçar quimeras, impedem-nos de muitas maneiras de ver que as coisas habituais também funcionam”.¹⁴

Segundó Wittgenstein, deve-se buscar o significado das palavras no seu uso e nos objetivos pragmáticos que o contexto impõe e não nos objetos que representam:

*explico o jogo de xadrez para alguém; e começo apontando para uma figura e dizendo: “Este é o rei! Ele pode se mover desta ou daquela maneira, etc. etc.” – Neste caso, diremos, as palavras “este é o rei” (ou “este se chama rei”) são pois uma explicação da palavra somente se o aprendiz já “souber o que é uma figura do jogo”. Portanto, se ele, porventura, já jogou outro jogo ou assistiu, “entendendo”, o jogo de uma outra pessoa – e coisa semelhante. Só assim ele poderá, ao aprender o jogo, perguntar com relevância: “como se chama isto?” – ou seja: esta figura do jogo. Podemos dizer: pergunta significativamente por uma denominação somente quem já sabe o que fazer com ela.*¹⁵

Deste modo, os jogos de linguagem¹⁶ acabariam por fornecer uma visão

10 WITTGENSTEIN, op. cit., p.38, §43.

11 Ibidem, p.20, §11.

12 Ibidem, p.26, §23

13 Ibidem, p.20-1, §11.

14 Ibidem, p.71, §109.

15 Ibidem, p.31-2, §31.

16 Wittgenstein concebe os jogos de linguagem como “modelos reduzidos mediante os quais são mostrados modos bastante simplificados de funcionamento da linguagem ... São as diversas maneiras de se usar a linguagem adotando-se regras próprias” (PENHA, op. cit., p.56).

de conjunto do funcionamento das palavras, as quais se renovariam por meio de novos jogos de linguagem (as palavras nascem, desenvolvem-se, modificam-se e até são substituídas – como é natural do próprio homem). Em outros termos, a atribuição do nome às coisas é, na verdade, um jogo de linguagem. No entanto, esse processo não é tão simples assim, não bastando emitir um termo qualquer a cada objeto com que nos defrontamos, pois nem todas as palavras são nomes:

Caso alguém me mostre folhas diferentes e diga “isto se chama folha”, obtenho então um conceito da forma de folha, uma imagem dela no espírito. – Mas que aspecto tem a imagem de uma folha que não apresenta uma forma determinada, e sim “aquilo que é comum a todas as formas de folha”? Que tom de cor tem “em meu espírito o padrão” da cor verde – daquilo que é comum a todos os tons de verde? Mas não poderia haver tais “padrões gerais”? Talvez um esquema de folha ou um padrão de verde puro? – Certamente! Mas, que este esquema seja entendido como esquema e não como a forma de uma determinada folha, e que um quadrinho de verde puro seja entendido como padrão de tudo o que é esverdeado e não como padrão para o verde puro – isto reside outra vez no modo de aplicação deste padrão.¹⁷

Segundo Givón,¹⁸ há uma passagem nas *Investigações* em que se encontra a possibilidade mais ou menos explícita de se inferir a noção de protótipo. Isto se dá quando Wittgenstein considera casos “normais” e “anormais” – entendidos respectivamente como “representativo” e “não-representativo” ou “prototípico” e “excepcional”. Nesse mesmo trecho, pode-se observar a importância da *freqüência* na conceituação de “norma”:

Somente em casos normais nos é traçado claramente o uso das palavras; sabemos, não temos dúvida do que temos que dizer neste e naquele caso. Quanto mais anormal é o caso, tanto mais duvidoso se torna o que devemos dizer. E se as coisas fossem bem diferente do modo como realmente são – então não haveria, por exemplo, uma expressão característica de dor, de medo, de alegria; a regra converter-se-ia em exceção, e a exceção em regra; e se ambos os fenômenos fossem de uma freqüência mais ou menos semelhante – com isso nossos jogos de linguagem normais perderiam a sua graça.¹⁹

Givón conduz a um exercício interpretativo de algumas passagens das *Investigações filosóficas* de forma a conferir a Wittgenstein o *status* de “teórico de protótipos explícito”. De qualquer maneira, pôde-se conhecer o ponto de vista pluralista do filósofo alemão segundo o qual a linguagem tem tantas significações quantas funções diferentes puder exercer. Assim, sendo a língua a base de toda a vida social, a análise lingüística não pode ser normativa, já que ela reflete determinada interpretação ou compreensão dos indivíduos, revelando a relação deles com o uso da língua.

17 WITTGENSTEIN, op. cit., p.55-6, §73.

18 GIVÓN, op. cit., p.17-8.

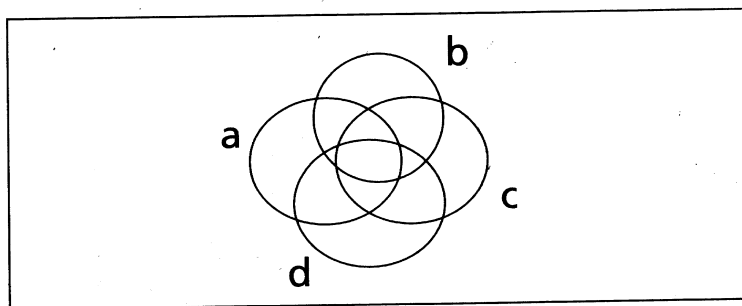
19 WITTGENSTEIN, op. cit., p.82, §142.

Desta perspectiva, a análise lingüística deve partir do princípio de que a “nossa língua é como uns óculos que constantemente usamos e que nós próprios não vemos. Aquilo que um individuo pode querer dizer a outro ao falar não é independente das palavras que enuncia e estas determinam, por seu turno, a forma como o interlocutor vai compreender”.²⁰ Por fim, o filósofo ensina que a maneira de compreender uma palavra num jogo de linguagem é fazê-la participar de outros jogos de linguagem, investigando como seus significados se deslocam de uns para outros.

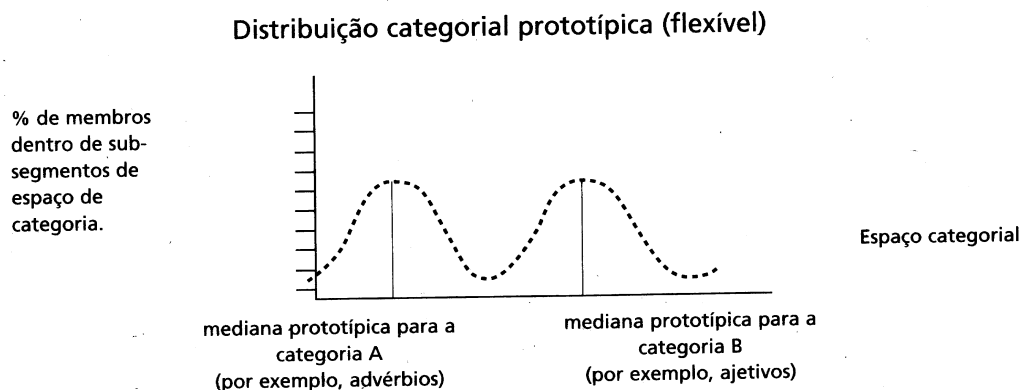
“TEORIA DOS PROTÓTIPOS”

Refletindo acerca das posições platônica e wittgensteiniana, estudiosos de diferentes áreas acabaram por buscar uma solução conciliatória, ou mesmo híbrida, para a questão da categorialidade. É o caso de psicólogos cognitivos como Rosch, Posner, Keele e Lloyd; de antropólogos como Berlin, Kay, McDaniel e Coleman; e de lingüistas como Lakoff, Johnson, Ross e Givón.

A posição conciliatória deu origem ao que se chama atualmente “Teoria dos Protótipos”, a qual postula que “alguns membros de uma categoria compartilham todos os traços ou propriedades dessa categoria, e seriam, portanto, seus protótipos –; outros, diferentemente, compartilham apenas alguns traços, afastando-se da prototipicidade”.²¹ Tais considerações levam a um diagrama conjugado das duas concepções – a clássica e a natural –, tidas como extremadas:



Ou, em outra representação gráfica também proposta por Givón:



20 HERINGER, H. J., LIMA, J. P. de. Palavra puxa palavra: comunicação e gramática dependencial. Lisboa: ICALP, 1987. p.229.

21 CASTILHO, A. T. de. Um ponto de vista funcional sobre a predicação. ALFA (São Paulo), v.38, p.79, 1994.

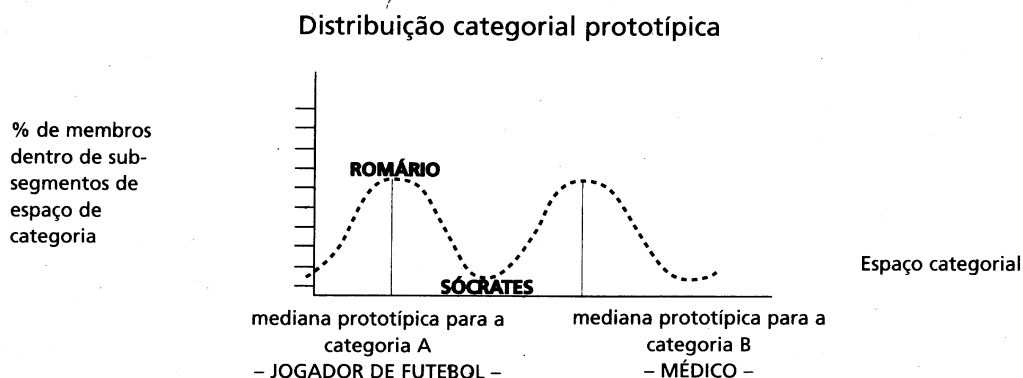
Este tipo de distribuição se torna possível na medida em que as categorias lingüísticas não são sempre definidas em termos de uma única propriedade criterial. Na realidade, tais categorias são formadas pelas intersecções de propriedades que tendem a coincidir, mas que não o fazem sempre, obrigatoriamente.

Pelo que se pode depreender, o que vai definir uma categoria não são as diferenças, mas sim os “protótipos”, ou seja, aquilo que acontece com maior freqüência e probabilidade. Assim, o protótipo é o membro que apresenta o maior número das propriedades mais caracteristicamente importantes, sendo que todos os demais membros devem ser classificados de acordo com o grau de semelhança com o protótipo.

Para se ilustrar o conceito de protótipo, considerem-se, a princípio, elementos do universo biossocial. Suponha-se que *A* represente a categoria “jogador de futebol” e que *B* represente a categoria “empresário”. Nelas, tentam-se enquadrar:

- *Romário* (pele parda, oriundo da classe baixa, filho de proletários, grau de escolaridade baixo);
- *Sócrates* (pele branca, oriundo da classe alta, grau de escolaridade alto).

Ao se analisarem as características de cada um dos atletas citados, percebe-se que Romário poderia ser considerado o representante prototípico da categoria *A*, pois a história mostra que, normalmente (ou mais freqüentemente), os grandes jogadores de futebol (como por exemplo: Pelé, Dener, Viola, Zé Roberto, Denilson, dentre inúmeros outros) provêm das classes mais humildes, são morenos, não tiveram grandes oportunidades de estudo etc. Já o jogador Sócrates (ou o seu irmão Raí) configura-se como uma exceção nesse contexto, afastando-se da prototipicidade. Graficamente, ter-se-ia:



Assim, o *protótipo* seria definido como o elemento “típico”, “normal”, “previsível”; o “exemplar característico”; o membro “mais freqüente”, “mais representativo” de uma determinada categoria, dentro de um contexto.

O conceito de *protótipo*, tal como se procurou ilustrar aqui, está intimamente relacionado com a teoria da categorização construída por Rosch no âmbito da psicologia cognitiva (como se vê em *Natural Categories*, de 1973) e que:

resulta de testes experimentais pelos quais informantes, postos diante de uma categoria de objetos e de diversos possíveis membros dessa categoria, escolheram o que consideravam o representante exemplar da categoria, o "protótipo", e, a seguir, classificaram os demais pelo grau de distância desse objeto. Assim se procedeu, por exemplo, com a categoria "fruto", que teve "maçã" escolhida, dentro do elenco oferecido, como o melhor exemplar da categoria, e "azeitona", como o membro mais distante do protótipo.²²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se entender que a determinação de uma categoria não reside nas diferenças, mas sim na identificação do "protótipo" – membro que ostenta o maior número das propriedades caracteristicamente importantes. Em outros termos, a prototipicidade se baseia na existência de um bloco de traços característicos, os quais se definem pela frequência e probabilidade de usos, dentro de um contexto.

Com a "teoria dos protótipos", um dos princípios funcionalistas, pretende-se mostrar que um estudo adequado da estrutura lingüística deve coadunar-se com a função comunicativa e, por extensão, com o uso que os indivíduos fazem da língua.

Abstract: If, on the one hand, there is a platonic view that is common in the traditional grammar analysis which confirms that linguistic categories are distinct and absolute; on the other hand, there are the wittgensteinian beliefs on the existence of nondistinct series conditioned to usage necessity. Between them arises a question which will be taken as one of the principles of linguistic functionalism: what will characterise a category are not the differences but the "prototypes", i.e., what happens with more frequency and probability.

Keywords: Prototypes; linguistic functionalism; functional grammar.

22 NEVES, M. H. de M. A gramática funcional. São Paulo: Contexto, 1997. p.140.